

UNIVERSIDADE TIRADENTES

JUSIELMA SANTANA DE LIMA

SAMIRA APARECIDA MEDEIROS SILVA

NORMA LINGUISTICA E O ENSINO

**Aracaju-SE
2009**

JUSIELMA SANTANA DE LIMA

SAMIRA APARECIDA MEDEIROS SILVA

NORMA LINGUISTICA E O ENSINO

Artigo apresentado à Universidade Tiradentes, como requisito para a obtenção de Licenciatura em Letras Português. .

Orientador: Ricardo Abreu
Nascimento

Aracaju-SE
2009

NORMA LINGUISTICA E O ENSINO

LIMA, Jusiélma Santana de.

jujucl@bol.com.br

SILVA, Samira Aparecida Medeiros

samira8209@hotmail.com

ABREU, Ricardo Nascimento (Orientador)

Graduado em Letras/Português, Especialista em Lingüística Textual, Mestre em Educação.

tenascimento@gmail.com

RESUMO

A norma se organiza com arranjos de possibilidades admitidos pelo sistema a partir do uso de um grupo de falantes já definido pela sociedade. Existe uma variante aceitável pela sociedade em determinadas situações que certas variantes podem ou não ser aceitas, que é a norma padrão. Com a Norma Culta acontece diferente, a tentativa de conceituá-la traz à tona a discussão sobre o ensino de língua portuguesa, já que a mesma perdeu a característica de ser de uso exclusivo da aristocracia. Mas nem todos possuem a oportunidade de acessar os bens culturais (Bibliotecas, Teatros, etc.) para poder cumprir as exigências impostas por essas duas normas é o que acontece com os falantes da Norma Popular, que é utilizada pelas pessoas com pouca escolaridade e que usam dialetos que não serão aceitos nos mais altos níveis de formalismo. As normas sociais ditam aos indivíduos maneiras de pensar, de agir e de sentir, deixando a sociedade sujeita a desintegração das normas sociais, ou seja, fazendo que não exista mais. No início da década de 1950, Eugênio Coseriu (1979) remonta o conceito de norma, trocando a dicotomia de Ferdinand De Saussure, langue/parole (sistema e fala), por sua tricotomia, sistema, norma e fala. O conceito foi reafirmado e mais preciso, ou seja, a norma não se corresponde ao que não "se pode dizer" (sistema), mas ao qual já "se disse" (norma) e o que "se diz" (fala) na comunidade. Mas a comunidade não é a única responsável pela "disseminação" da língua, a escola é a responsável pelo ensino da língua portuguesa, ou seja, passa para os alunos que o dialeto por eles utilizado não serve para ser usado na sociedade e nos níveis mais altos de formalismo. Assim como a "língua" que falam não tem condições de ser aceita, não podem em hipótese alguma escrever do jeito que falam, pois se quiserem fazer parte da sociedade culta, não poderão usar o seu dialeto costumeiro. A escola corrige o dialeto do aluno, modifica o seu vernáculo e impõe a eles um padrão de fala estranho, fazendo com que os alunos acreditem que não sabem falar corretamente. Existem grupos profissionais que lutam pelo estabelecimento das normas nacionais, para esses grupos, a gramática da língua escrita deve ser a mesma para alunos de qualquer grau e em qualquer tipo de escola.

PALAVRAS-CHAVE: Normas, Sociedade, Variação.

ABSTRACT

The standard is organized with arrangements of possibilities allowed by the system from the use of a group of speakers already defined by society. There is a variant acceptable by society in certain situations that certain variants may or may not be accepted, which is the standard pattern. With the cultural norms is different, trying to conceptualize it brings to light the discussion on teaching English language as it lost its characteristic of being used exclusively by the aristocracy. But not all have the opportunity to access the cultural (libraries, theaters, etc.). To meet the requirements imposed by these two standards is the case with the speakers of the People Standard, which is used by people with little education and that dialects use will not be accepted in higher levels of formality. Social norms to dictate the ways individuals think, act and feel, leaving the company under the disintegration of social norms, ie, making no more. In the early 1950s, Eugene Cosseriu (1979) dates the concept of standard, replacing the dichotomy of Ferdinand de Saussure, langue / parole system (and speaking), in his trichotomy, system, and standard speech. The concept was reaffirmed and more accurate, ie it does not correspond to what is not "is true" (system), but which has "been told" (standard) and that "they say" (speech) in the community . But the community is not solely responsible for the "spread" of the language, the school is responsible for teaching the English language, or for students that is the dialect they use is not intended to be used in society and in most levels high formalism. As the "language" to speak is unable to accept, under any circumstances can not write the way they speak, because if they want to be part of the educated society can not use his usual dialect. The school addresses the student's dialect, the vernacular and modifies them requires a pattern of strange speech, so that the students believe that they can not speak properly. There are professional groups that fight for the establishment of national standards for these groups, the grammar of written language should be the same for students of any grade and any type of school.

KEYWORDS: Standards, Society, Change.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de norma culta vem crescendo através dos tempos se revelando como um aspecto que pretende expor uma explicação de comportamento dos indivíduos na sociedade. Já no que diz respeito à gramática normativa, esta possui uma função totalmente básica que é orientar o seu ensino, principalmente quando a questão é ortografia, sintaxe e a construção de uma linguagem sem defeitos.

Diferente da língua coloquial (falada), a gramática normativa é um objeto de muitas premissas pedagógicas e lingüísticas. Pois lhe foi atribuída regras que devem ser seguidas a risca para que o indivíduo possa obter uma língua falada correta considerada superior a língua daqueles que pertencem à camada popular.

É devido a isso que a norma culta procura instaurar dentro da sociedade um “império lingüístico” da verdadeira linguagem para que o seu acesso possa completar lacunas sociais que constituem a sua posse aos valores da classe dominante.

A língua falada seja ela culta ou não, depende da condição social do indivíduo. Sem dúvida, basta observar as ferramentas que fazem parte da língua legítima, seu uso adequado permite expor o poder que determinados indivíduos têm em exercer essa linguagem que, é uma figura do indivíduo educado e orientado que se manifesta da forma mais correta possível.

Através disso pode-se ressaltar que a gramática normativa possui um papel que segundo os gramáticos é muito importante: o domínio da norma culta irá fazer com que as pessoas procurem privilegiá-la e conhecê-la sendo capaz de compreender o que ouve e o que lê.

Como esta é considerada importante quando ensinada aos falantes, ela acaba sendo um mundo fechado, pois suas informações vão aumentando e a busca pela pronúncia ideal vai aumentando cada vez mais.

No decorrer dos tempos, alguns estudiosos encontraram dificuldades no que diz respeito à idealização de uma pronúncia legítima e correta. Tal dificuldade acarretou em pesquisas de como realmente a norma culta pôde obter uma interação com a sociedade visto que a escola concebe a mesma como um instrumento que deve ser sempre “lapidado” e fornecer aos falantes o saber necessário para desenvolver ativamente as dificuldades e obstáculos que a vida impõe. Nesse sentido, pode-se inferir que o plano de lutar por uma linguagem sem “tropeços” inicia-se desde o surgimento da língua portuguesa no século XVI.

Num primeiro instante, a norma culta encontrou sua fonte junto de poetas intelectuais, ou seja, pessoas que, no intuito de conservar a língua verdadeira atribuem seus conhecimentos lingüísticos para uma maior unificação sócio-cultural.

O fato de tentar defender a perpetuação de uma língua legítima traz questionamentos importantes que expõem como a mesma ocupa um espaço nos currículos escolares e a função que exerce na realização de uma compreensão lingüística nacional que é muito almejada.

É por isso que a escola não só tem a preocupação de transmitir regras da gramática, mas também insiste em “semear” a desvalorização da realidade que os indivíduos possuem fora do ambiente escolar.

Nessa circunstância, a instituição de ensino precisa aprender a valorizar a linguagem dos alunos, ou seja, se apresentar sensível sobre o português falado no Brasil ou explicar o estilo de falar dos estudantes em sala de aula principalmente nas aulas de língua-portuguesa como: narrar, argumentar sobre idéias etc.

No entanto, a corrida pela boa linguagem baseia-se naquilo que insiste em existir, isto é, os questionamentos e as abordagens sobre a veracidade de uma língua que é falada em todas as classes sociais. Porém não é só isso. A forma de língua que a escola faz questão de conservar não deve ter distância daquele imposto pela gramática tradicional que possui semelhança com a literatura de brilhantes escritores.

Como se pode observar a incansável insistência da gramática em impor a norma lingüística culta ocorre devido ao seu poder repressivo a mesma considera ilegítimas as próprias “normas” que os indivíduos já trazem implicitamente consigo. Sabe-se que, o conhecimento de uma linguagem é resultado da experiência que o ser humano obteve nos obstáculos da sua vida.

E, é devido a isso que a linguagem deve ser vista como um “corpo” saudável que se desenvolve, evolui, envelhece e morre. Por isso, alguns lingüísticos procuraram manter certa distância ou rompimento para com os métodos tradicionais da gramática o ensino da gramática não ficou só registrado nas teorias lingüistas. No ano de 1882, Rui Barbosa, consciente de que a linguagem é algo vivo e que nasce conosco, foi totalmente contra o ensino exagerado da gramática.

Segundo ele, a mesma criara no indivíduo a imagem de que o vernáculo seria simplesmente um aglomerado de regras obrigatórias para a sua aprendizagem onde este só se livraria quando deixasse a escola.

Diante desse ponto de vista, pode-se ressaltar que determinadas situações sociais são mais fortes reveladoras do comportamento oral. Em situações naturais indivíduos que não falam corretamente a norma culta são considerados lingüisticamente “deficientes”.

A justificativa para essa questão é de cunho claramente tradicional e sua base está incluída na definição do “bom uso”. A norma culta passa a se identificar com a parte normativamente legitimada daí o surgimento de estigmas como “isso não é bom português”.

Essa ideologia se reflete naturalmente no método adotado pela escola porque esta não leva em consideração que cada locutor, de acordo com sua classe social, domina determinada linguagem, isto é, a sua linguagem.

A partir daí, acrescenta-se também que as regras gramaticais com o passar do tempo tornam-se confusas e muito cômodas devido ao seu alto grau de exigência perante uma sociedade. A norma culta é, foi e sempre será um objeto de reflexão e questionamento. Os estudiosos e as pesquisas para falar a mesma levam a crer que, isso cada falante possui não estão de acordo com a língua padrão.

Para a escola, o ensino da norma culta é essencial, porque o indivíduo precisa saber a linguagem verdadeira cabendo a ele utilizar os melhores meios para fazer com que esta se desenvolva melhor. À medida que algumas regras gramaticais evoluem, o ensino da língua portuguesa reflete uma realidade lingüística cheia de perfeições e significados existentes numa comunidade lingüística.

A escola não considera que todo indivíduo “sabe” a sua língua ela não dá importância para isso, pois cabe a mesma ensinar a linguagem padrão, que fará com que eles ascendam na sociedade. Segundo o pensamento tradicional a norma culta dentro do ensino de língua portuguesa deve orientar o indivíduo, isto é, mostrar ao mesmo que sabendo as regras gramaticais, ele será capaz de liberar os poderes da boa linguagem aprimorando sua eficiência comunicativa.

É por isso que de acordo com o ensino de língua portuguesa os falantes devem utilizar as regras corretas e fora da escola porque para o ensino tradicional esse é o melhor método de ampliar, reforçar e agilizar a linguagem particular de cada um.

A língua culta é um instrumento que seve para a nossa comunicação a influência que esta exerce no ensino de língua portuguesa é muito forte, pois a escola transmite aos educandos que essa linguagem verdadeira nunca irá cessar a interação lingüística porque quando o indivíduo começa a interagir num ambiente “corretamente” lingüístico, ele estará preparado para manejar sua língua com clareza e objetividade.

Nesse sentido, torna-se possível compreender como a norma culta produz um efeito totalmente idealizador capaz de produzir no indivíduo (que fala ou faz questão de falar) uma harmonia na constituição da linguagem verdadeira.

De fato, são idéias como estas que mostram o quanto é importante a influência da norma culta no ensino de língua portuguesa. Em razão disso, para o ensino da norma culta tornar-se mais prazeroso, menos massacrante e hostilizado a escola, deveria primeiramente trabalhar a gramática que o indivíduo já traz consigo.

Gramática esta que segundo a norma lingüística é cheia de erros, pois não se importa com aqueles que não sabem se expressar de forma correta. É conveniente ressaltar também que esses conceitos, regras e exceções que existe no ensino de língua portuguesa, foram criadas para também um conhecimento coerente e significativo de que seja a norma culta.

Em razão disso, mesmo a gramática fazendo parte do universo escolar e possuindo seus objetivos e funções perante a norma culta, a escola não faz questão de aproveitar a linguagem dos indivíduos surgidas no seio familiar ou do seu lugar de origem. Ela simplesmente rejeita esse tipo de linguagem impondo aos educandos a norma culta como o único modelo da boa linguagem e, nessa situação, a experiência lingüística desses indivíduos não passa de algo fora das normas e anti-social.

A norma padrão não está voltada para a realidade viva da fala, entanto, procura buscar uma linguagem correta com sua s formas e registros normativos. Por isso que o propósito de estabelecer preceitos de como se deve não só falar, mas também escrever

desenvolve naqueles que acreditam que a norma culta é a solução para isso, um sentimento de esperança e crédito.

Desse modo, as idéias corretas que giram em torno da norma padrão vai gerar na gramática normativa uma estética onde o aluno poderá obter informações conscientes de um sistema que lhe fornecerá certo interesse nos estudos. Além disso, por convicções metodológicas, a norma lingüística prefere não perder o seu espaço verdadeiro (a escola) mostrando-se capaz de impor aos alunos a norma exigida independente de como os mesmos formulem as suas “próprias” regras.

Por conseguinte, como a norma padrão se situa no comportamento dos indivíduos e de suas ações sociais esta, segundo os preceitos gramaticais é a única maneira de educar lingüisticamente uma sociedade marcada pelo mau uso da língua. Com efeito, o que o ensino de língua portuguesa impõe é que o bom manejo desses critérios venha restaurar a defesa da verdadeira linguagem, o belo uso das pessoas cultas assim, o sonho de obter linguagem homogênea talvez seja realizado.

2 CONCEITOS DE NORMA

A norma pode ser entendida como diferentes modos sociais de realizar esquemas de relações do sistema (no plano teórico). Cada Norma é organizada com arranjos de possibilidade que o sistema admite que seja feito a partir do uso coerente de um grupo de falantes já definido socialmente. No passado era com um crer que existia uma unidade sistêmica que adquiriu uma forma teórica, a concepção de que a língua é um sistema social uniforme que é materializada nos usos individuais (que é heterogêneo), de acordo com a dicotomia de Ferdinand de Saussure, *langue/parole*.

Norma Padrão é a variante aceitável pelos membros da sociedade em determinadas situações em que outras variantes são aceitas e outras variantes podem não ser aceitas, freqüentemente parte da sociedade lhe atribui caráter compulsório. Com a norma culta acontece diferente, pois, quando se fala em conceituá-la sempre se discute a questão do ensino

de língua portuguesa e, dar um conceito para a mesma não é uma tarefa nada fácil. A norma culta perdeu sua característica de ser usada pela aristocracia, adquirindo funções de uso social.

Uma sociedade que todos têm acesso à educação básica de qualidade e aos bens culturais (da escrita). No Brasil a norma culta está longe de ser uso pleno da sociedade, pois a educação fundamental que é oferecida aos nossos alunos é de baixa qualidade. A norma culta está ligada às normas sócio-culturais que constituem a cultura letrada no Brasil, ou seja, práticas culturais que não envolvem apenas atividades de leitura e escrita, mas toda e qualquer atividade (mesmo a oral).

De acordo com a sociologia, o termo "norma" remete a uma idéia de regra, de modelo ou de um padrão de comportamento que faz parte da vida de em sociedade. A partir daí, temos duas idéias principais: a norma é um modelo real de comportamento (o que é normal no sentido regular) ou modelarmente perfeito por membros de população. A norma aparece ainda como o que é considerado ser, em certa população, o que é certo fazer.

Segundo Durkein (1917) a normas sociais ditam ao indivíduo maneiras de agir, pensar e de sentir, a principal ameaça que a sociedade está sujeita é a desintegração das normas sociais (anomia), ou seja, deixam de existir. Alguns lingüistas reintroduziram o conceito de norma , abordando o problema da articulação das estruturas abstratas da língua e dos produtos variados autorizados por elas. Em se tratando de norma objetiva, e a polissemia do termo em seus sistemas é eliminada por completo. Para Hjelmslev (1943) a língua possui três aspectos: é uma "forma pura", um "esquema"(todo elemento é definido pelo fato de um indivíduo pertencer a uma classe de critérios de oposição, como uma "entidade opositiva, relativa e negativa").

É estrutura Saussuriana: a língua, forma pura, tem a definição independente de sua "realização social" e de sua "manifestação material". A língua pode ser concebida como um conjunto de hábitos, que se definem pelas "manifestações observadas", ela é um "uso", conjunto dos atos e fenômenos que resultam dele, assegurando um tipo de comunicação. O conjunto dos atos que constroem o uso é "real", assim como o esquema abstrato, do qual o ato lingüístico é a execução.

Pode-se conceituar como norma popular aquela que é usada peal classe mesmo

favorecida, ou seja, a maioria dos falantes pertencentes a essa classe que não possuem escolaridade e não tem acesso aos bens culturais (Universidade, Bibliotecas etc.).

A sociedade impõe normas para falar e escrever, fazendo com que fiquem "estigmatizados" por não possuírem as qualificações necessárias (lingüisticamente falando para serem aceitos). Isso não impede que eles mereçam aceitação na comunidade em que vivem.

No início da década de 1950, Eugênio Cosseriu (1979) "refina" o conceito de norma. A conhecida dicotomia suasuriana, *langue/parole* (sistema/fala) deu lugar a uma tricotomia, sistema, norma e fala. Cosseriu quis dar mais precisão ao conceito de norma reafirmando que a mesma não se corresponde ao que não "se pode dizer" (sistema), mas ao qual já "se disse" e o que "se diz" na comunidade. Assim, Faraco (p.37) diz que "se adotarmos um olhar gearativista, diremos que a cada norma corresponde uma gramática. Se adotarmos um olhar variacionista (sociolingüístico ou dialetológico), será produtivo equiparar norma e variedade".

2 ORALIDADE E ESCRITA

Em certas sociedades a língua padrão coincide com determinado dialeto geográfico, mas há casos que esses dialetos não são identificáveis. O padrão ideal passa a ser o dialeto da classe social de mais prestígio. Nem sempre padrão da modalidade escrita é o mesmo da falada, mas os seus padrões se aproximam freqüentemente nos mais altos níveis do formalismo. Os consensos sobre o padrão escrito é muito mais forte que o padrão falado.

Quando uma língua é fala da numa área extensa, vão ocorrer vários padrões ideais de validade regional, o que determina ou não se vai ser considerado como padrão ideal de âmbito mais amplo em certas ocasiões. Os livros didáticos de língua portuguesa (todos em caráter normativo) ensinam à mesma variedade de língua escrita, cuja gramática é a que se infere dos melhores escritores portugueses dos séculos XVI a XIX e dos brasileiros m do século XIX e início do século XX.

Os professores que ensinam língua na escola, em sua maioria, seguem "religiosamente" a gramática normativa e tem plena convicção de que a norma nelas contidas deve ser observada integral e exclusivamente, não só pelos alunos, mas também por quaisquer pessoas que escrevam. Quanto à modalidade falada, as atitudes acerca dos seus padrões são de âmbito regional, não se oferece uma situação paralela a da escrita, em que haja aceitação nacional de um determinado padrão.

Não se observa a preocupação de conformar-se com o padrão de um centro mais longínquo, mesmo que este seja a capital do país. Assim, além de padrões locais, ocorre uma série de padrões ideais regionais, cujo âmbito de aceitação coincide freqüentemente, mas não precisamente com áreas e estados.

Existem grupos de profissionais empenhados no estabelecimento de padrões nacionais. No que diz respeito ao padrão gramatical, este é o caso do magistério. Em todo o país, há consensos quanto a gramática deve ensinar aos alunos em qualquer tipo de escola, é a mesma gramática de língua escrita.

É um consenso muito forte no que diz respeito à aplicação desse padrão nos níveis mais altos de formalismo, mas não se espera que as pessoas escolarizadas o observem em todos os níveis. Comumente, o mesmo professor que ensina a gramática normativa não consegue observá-la, nem mesmo em seu grupo profissional e acaba se conformando naturalmente com o padrão regional.

Geralmente, as pessoas instruídas aceitam o padrão gramatical escrito para um nível elevado do formalismo da fala, embora mantenha o padrão regional para os níveis inferiores do formalismo. Nesse contexto, Rodrigues (ano, p. 18 diz que "O estabelecimento de um padrão fonológico nacional. É igualmente preocupação de determinados grupos profissionais. Como cantores, os locutores de rádio e televisão, os atores de teatro, rádio, televisão e cinema".

Executados os professores de canto e de arte gramática e talvez alguns professores de português para estrangeiros, são poucos os que se preocupam em ensinar um padrão nacional, mas não se esquecem do padrão fonológico regional, no qual se acham integrados. A necessidade de unificar a pronúncia em suas ações de comunicação artísticas em âmbito

supra-regional (como o canto erudito e no teatro) provocou a realização de dois congressos, O Congresso Brasileiro de Língua Nacional Cantada (São Paulo, 1937) e o Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (SALVADOR, 1956).

Esses congressos concluíram pela recomendação de normas para a pronúncia culta, o primeiro opta pela pronúncia carioca, “a mais perfeita do país”, segundo os congressistas, ratificando o segundo, e suas grandes linhas, aquela conclusão, embora quase sempre admitida uma ampla margem de variação para a norma. Até agora não há elementos para dizer se a recomendação do congresso de 1956 está sendo aceito em certos círculos profissionais. Quanto ao de 1937, mesmo não sendo, dirigida ao canto erudito (mas expressamente para o teatro de declamação) não se saiu muito bem, como se mostrou vinte anos depois, no ano de 1956.

A situação que se encontra no nosso país, no que tange ao subsistema fonológico, é caracterizada, portanto, pela existência de vários padrões falados regionais, pela inexistência de um padrão falado nacional, perfilhado por algumas instituições oficiais, no sentido de aceitar certo padrão fonológico, pelo menos com caráter preferencial.

3 LÍNGUA, PODER E ESCOLA

Dizem que a sociolinguística interferiu um pouco no ensino da língua materna no Brasil, mas para alguns linguistas, o certo é que a linguística o fez. Nas escolas de ensino fundamental que servem a classe média, já se nota diferenças importantes, como por exemplo, no material didático elaborado por elas. O acesso a essas conquistas é que constitui o privilégio de uma classe, dos alunos que freqüentam essas escolas, que exigem profissionais qualificados e que estimulam sua atualização. O Estado, que é responsável pela educação de restante da população, de vez em quando oferece oportunidades de aprimoramento e, quando faz, não atinge a todos os docentes.

O saber no Brasil é mal-distribuído e perverso. A questão do repasse do conhecimento linguístico que é produzido nas Universidades nos últimos vinte anos, como em anos anteriores deve ser vista sob dois ângulos: o da política social do país e o da atuação dos

lingüistas. A evasão escolar atinge altos índices, faz-se referência às escolas pública que, não se beneficiaram o suficiente com as novas formulações dos lingüistas.

Os alunos de classe média não se evadem, são bem alfabetizados, sua escola te credibilidade. Pode-se apontar como causas de levar o novo saber à escola (popular ou não), o distanciamento entre lingüistas e pedagogos e as "fracas" investidas para divulgar os resultados da pesquisas através de veículos sem especialização alguma. Não é só a repercussão dos resultados que modificará a situação. Essa é a parte que cabe ao sociolingüistas.

O que é preocupante (para todos aqueles que têm alguma relação com o ensino), é a busca de soluções que possam contribuir para a melhora da qualidade do ensino, para que possamos viver numa sociedade mais justa. Lingüistas e professores se preocupam em analisar a escola no Brasil, o que causa sua crise e a problemática do ensino da língua materna. A língua no Brasil é múltipla (assim como a escola), não poderia deixar de ser, numa sociedade tão estratificada. Essa diversidade é logo cogitada quando se pensa nos problemas lingüísticos existentes na escola.

Os alunos de classe média não possuem os mesmos problemas lingüísticos que envolvem as classes populares, seus professores são qualificados, vem de suas casas com o padrão lingüístico aproximado do que é ensinado na escola e alfabetizados com mais facilidade. Muitos deles (às vezes) saem da escola "preconceituosos" (no que se refere à língua) e com dificuldades de fala e escrever de acordo com as exigências da sociedade.

O ensino se expandiu (depois de 1964) de forma desordenada e promoveu o imprevisto de professores incapazes de transmitir a norma prescritiva da gramática. Pode parecer que o uso de uma gramática normativa que seja atualizada, que refletisse a variedade brasileira culta, resolveria tudo.

Mesmo que isso desse certo, essa "nova" gramática elegeria como certo o dialeto da classe dominante, negando as outras variedades lingüísticas e grupos sociais que não a dominam, fazendo com que não sabem falar.

É nessa gramática normativa que repassa, hoje, a concepção que a classe média tem da norma-padrão, a qual se aferra como um bem custosamente adquirido (e realmente o foi, já que mesmo o seu vocabulário, em muitos aspectos, não coincide com ela), um bem que não pode ser desvalorizado agora (BAGNO, 2001, p. 258).

O objetivo principal da escola não é ensinar o português, porque o vernáculo já é transmitido pela família do aluno e pela comunidade lingüística. O que é preciso fazer antes de ensinar a língua a falantes nativos e verificar o que o mesmo já sabe e o que não sabe, para que possa ser determinado a ser ensinado. Qualquer que seja a origem do aluno, quando chegar a escola, já terá dominado a gramática básica que herdou dos pais e, vai começar a falar a sua língua de acordo com a conveniência com seus vizinhos e seu grupo de idade, o que garantirá o prestígio dentro da sua comunidade.

As classes populares precisam estar preparadas para compreender a língua das camadas sociais mais privilegiadas. Todo brasileiro tem o direito de conhecer a língua falada pelos políticos, advogados, banqueiros e patrões etc. As crianças (mesmo de classe média), quando chegam à escola não conhecem os estilos que lhe oferece a língua, não decodificam os sinais gráficos que a escrita de sua língua utiliza. O que a escola faz ao corrigir o dialeto do aluno é modificar seu vocabulário e lhe impor um padrão estranho quando fala. O nome da disciplina já diz tudo (português), convencendo-o assim a acreditar que não sabe falar.

4 SOCIOLINGÜÍSTICA NA ESCOLA

Pode-se dizer que a precedência do sociolingüístico sobre o lingüístico decorre do fato de deixar que o ensino cuide da mobilidade ampliada da sociolingüística dos falantes, garantindo assim a autonomia pela heterogeneidade da lingüística em que vive. Podemos considerar clássico que os lingüistas têm uma grande percepção do funcionamento sociolingüístico da língua, que decorre da variação estilística, ou seja, os falantes não são monoestilísticos e adaptam sua forma de falar às circunstâncias.

Para os lingüistas, a "propriedade" é maior que a correção, pois acreditam que não há em língua em um padrão absoluto de correção, e sim padrões relativos às diferentes circunstâncias. Os sociolingüistas são acusados de serem relativistas, pois os acusadores acham que eles dizem que na língua "vale tudo", mas na verdade essa não foi afirmação que

fizeram.

Através de suas descrições, os sociolinguístas mostram é que os falantes variam sistematicamente (não aleatoriamente) sua expressão tomam como objeto principal um padrão absoluto de correção e de adequação às circunstâncias, o que torna os fenômenos lingüísticos relativos às circunstâncias.

O falante é um ente multiestilístico (ele mesmo é lingüisticamente heterogêneo) se adaptando às circunstâncias, confrontando-se com uma representação social da língua que entende como homogênea, um monumento hemolítico. É comum se ouvir que os brasileiros não sabem falar sua própria língua e que a tratam mal, colocando-a assim em decadência.

A cultura brasileira tem um viés normativista, o senso de adequação é visto com freqüência, perturbado por um senso de correção excessivamente purista. A correção secundariza a adequação, quando não a censura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola leva os alunos pertencentes as camadas populares a reconhecer que existe uma maneira de falar e escrever considerada “legítima”, diferente daquela que dominam. O que esta e os falantes precisam compreender é que a linguagem é o principal produto da cultura e o instrumento para a sua transmissão, pois embora exista um grupo de pessoas que faça parte de uma mesma comunidade lingüística, isto não significa que esta língua seja homogênea, única.

A fim de que os falantes não sejam discriminados por um dialeto não – padrão, a escola deve aproveitar a linguagem que o falante já possui. Para isso ocorrer não só os professores, mas a sociedade em geral deve reconhecer que o dialeto não – padrão é um sistema lingüístico tão valido como o dialeto padrão.

As demais variedades lingüísticas não podem ser desprezadas porque refletem e

expressam as diferenças culturais, políticas e ideológicas. Portanto, a norma deveria estar voltada para o ensino de língua materna comprometido com a luta contra as desigualdades sociais e econômicas para transformar o aluno em “dono” absoluto da sua linguagem implícita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **Norma lingüística e outras normas**. Editora Loyola, São Paulo, 2001.

_____. **A lingüística da norma**. Editora Loyola, São Paulo, 2001.

BEZERRA, Ponciano Antonio. **Norma e linguagem: um estudo sobre a representação da norma e gramática de língua portuguesa**. Universidade de São Paulo, 1985.

BRITO, Luis Percival Leme. **A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical**. Campinas, São Paulo, Associação de Leitura do Brasil.

CUNHA, Celso. **A questão da norma culta brasileira**. Editora Padrão, Coleção Diagrama, Rio de Janeiro, 1985.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.